

DIMENSOES

Revista de História da Ufes

“És belo, és forte, impávido colosso”: a América Latina e o “Brasil potência” no pensamento geopolítico de Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos (1950-1975)

“You are beautiful, you are strong, you are a mighty colossus”:
Latin America and the ‘Brazil power’ in the geopolitical thinking of
Golbery do Couto e Silva and Carlos de Meira Mattos (1950-1975).

Gabriel Felipe Oliveira de Mello¹

Resumo: Este trabalho discute a figuração da América Latina no pensamento geopolítico brasileiro dos militares intelectuais Golbery do Couto e Silva (1911-1987) e Carlos de Meira Mattos (1913-2007) entre as décadas de 1950 e 1970. O trabalho parte da hipótese que a Geopolítica militar foi direcionada por um imaginário que pode ser denominado de “Brasil potência”, embasado numa lógica de modernizante, conservadora, autoritária e amparada na Doutrina de Segurança Nacional. Nesse sentido, a relação entre Brasil e América Latina presente na geopolítica brasileira foi orientada a partir dessa imaginação política. Esse conjunto de ideais criou uma perspectiva paradoxal, de um lado a concepção da primazia brasileira frente a região, do outro uma relação política envolta num discurso benevolente.

Palavras-chave: América Latina; Brasil; intelectuais

Abstract: This paper discusses the figuration of Latin America in the Brazilian geopolitical thought of the military-intellectuals Golbery do Couto e Silva (1911-1987) and Carlos de Meira Mattos (1913-2007), between the 1950s and 1970s. The work is based on the hypothesis that military geopolitics thought was directed by an imaginary that can be called “power Brazil”, based on a modernizing, conservative, authoritarian logic and supported by the National Security Doctrine. In this sense, the relationship between Brazil and Latin America present in Brazilian geopolitics was guided by this political imagination, leading to a paradoxical perspective. A conception of Brazilian primacy in the region, but anchored in a political relationship wrapped in a benevolent discourse.

Key Words: Latin-America; Brazil; intellectuals

1 Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social (PP-GHIS-UFRJ). Este trabalho é oriundo da pesquisa realizada ao longo do doutorado sob orientação do Prof. Dr. Felipe Charbel e com financiamento da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-2486-5573>. E-mail: oliveiramellogabriel@gmail.com.



Trabalhos na área da História intelectual, assim como a compreensão das ideias políticas, não são uma mera reflexão sobre uma prática elitista, baseada na exaltação de grandes figuras ou na redução da dinâmica do mundo real aos grandes arquétipos ideológicos. Muito pelo contrário, ao compreender imaginários e conceitos, é possível alcançar a origem de determinadas imaginações sociais, mas também seus desdobramentos na cultura política de certa localidade. É justamente através dos imaginários que “os signos, os medos, as autoidentificações, códigos, utopias, visões de passado e futuro de um determinado grupo podem ser identificadas e compreendidas” (BACZKO, 1985, 309). É bem verdade que os imaginários não são estáticos, nem estão imunes às disputas de sentido e relações de força, acabam por expressar as contendas políticas de determinada época e cultura.

As imaginações, apesar de fruto de relações sociais coletivas, também acabam por orientar e fazer com que os homens possam apreender a realidade, contribuem de certa maneira para o controle do tempo e da memória social, inclusive como os indivíduos projetam seu futuro (MORAES, 2022). Nesse sentido, “os imaginários sociais operam ainda mais vigorosamente, talvez, na produção de visões futuras, designadamente na projeção das angústias, esperanças e sonhos coletivos sobre o futuro” (BACZKO, 1985, p.312). Do mesmo modo, a produção de determinadas coletividades e de indivíduos pode contribuir diretamente para a construção de certos imaginários sociais. As ideias formuladas no meio do campo intelectual, mesmo que de forma mediada por instituições e determinados grupos, podem vir a se tornar *sensu comum*, contribuindo assim para o entendimento de determinada cultura política.

É justamente a partir da perspectiva acima e da História intelectual (MYERS, 2016), que neste trabalho procura-se discutir a figuração



da América Latina no pensamento geopolítico brasileiro dos militares-intelectuais Golbery do Couto e Silva (1911-1987) e Carlos de Meira Mattos (1913-2007).² O trabalho parte da hipótese que o Geopolítica militar brasileira foi constituída por um imaginário que pode ser denominado de “Brasil potência”, amparado não só numa concepção modernizante e conservadora, mas também autoritária ligada à Doutrina de Segurança Nacional (DSN).³ Nesse sentido, a relação entre Brasil e

2 O uso da categoria de militares-intelectuais objetiva uma melhor compreensão da trajetória de agentes políticos ideológicos que antes uniram ação intelectual e pertencimento à corporação militar. O elemento estatal militar não os impediu de participar do debate público e propor intervenções políticas na sociedade brasileira. Em suma, são agentes estatais que atuam como intelectuais no sentido da formação de ideias, mas agem interligados a instituições do Estado, desse caso, do Exército brasileiro. Nesse sentido, o aspecto militar não só caminha junto ao de intelectual, mas é determinante para a reflexão e ação política desses autores. Essa categoria está baseada na reflexão sobre os “intelectocratas” proposta por Daniel Aarão Reis (2006, p.15)

304

3 A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foi um conjunto de ideias e concepções que nortearam o pensamento de determinadas frações das Forças Armadas brasileiras no período do pós II Guerra Mundial, sobretudo ao longo da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). A DSN mobiliza uma série de ideias baseadas na premissa da precedência da guerra frente à política, daí concepções como a de “inimigo interno” e “guerra não convencional”. Há um debate historiográfico sobre suas possíveis origens e as variadas vertentes da doutrina. Não é um absurdo afirmar a existência de diversas concepções distintas sobre a ideia de segurança nacional. Em relação a produção acadêmica sobre o tema, o primeiro trabalho de fôlego sobre a DSN foi desenvolvido por Joseph Comblin em fins da década de 1970. O autor apontou a relação da doutrina com concepções formuladas pelas Forças Armadas Norte-Americanas no contexto da Guerra Fria. Não obstante, estudos posteriores e mais recentes questionam a origem exclusivamente estadunidense e monolítica desse corpo doutrinal. Autores como João Roberto Martins Filho (2004) apontam que a base da DSN possui mais relação com a doutrina militar francesa oriunda do período da Guerra da Indochina e dos conflitos da independência da Argélia ao longo dos anos de 1950. É correto apontar ainda, seguindo Alain Rouquié, que boa parte da preocupação com a segurança nacional e ideia de inimigos internos foi desenvolvida também por militares e intelectuais civis brasileiros desde a década de 1930. No Brasil foi apropriada e reformulada por autores como Golbery do Couto e Silva e instituições como a Escola Superior de Guerra. (ESG). A DSN ganhou força de Lei em 1968, servindo para amparar a repressão aos dissidentes políticos da Ditadura Militar e para expandir ideias anticomunistas na sociedade. Cf. COMBLIN, 1980; MENDES, 2014; ARRUDA, 1983.



América Latina presente na geopolítica brasileira foi orientada a partir dessa imaginação política e de uma lógica paradoxal. Apesar do discurso de integração ligado à ideia de segurança hemisférica, a primazia e a liderança brasileira sempre foram ressaltadas.

No que se refere a escolha da produção de autores como Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos, é importante mencionar que a decisão não é fortuita. Os oficiais possuíram papel relevante na disputa política interna e externa às Forças Armadas entre os anos de 1950 e 1980. Participaram ativamente de conspirações, movimentos golpistas e da organização de parte do pensamento militar através da Geopolítica. Além da sistematização de determinada concepção da DSN, calcada na construção de um Estado policialesco, autoritário e modernizador. Sem contar a atuação na cúpula política da Ditadura Militar (1964-1985). A produção de artigos, livros, aulas na Escola Superior de Guerra (ESG) e ação política na sociedade como um todo coloca os dois autores como alguns dos maiores difusores da geopolítica brasileira do pós Guerra.

305

América Latina e Brasil: uma relação paradoxal

A associação do Brasil com a América Latina apesar de parecer uma questão evidente, uma vez ser possível afirmar que o país é parte integrante desta região, quando analisada mais profundamente, sobretudo a partir do pensamento político brasileiro, observa-se uma questão não tão óbvia, em grande medida muito mais complexa e paradoxal. A própria ideia de uma “América Latina” não foi um conceito sempre existente na produção intelectual e política da região, apareceu pela primeira vez na segunda metade do século XIX. Porém, só ganhou força após a década de 1930, sobretudo nas décadas imediatamente



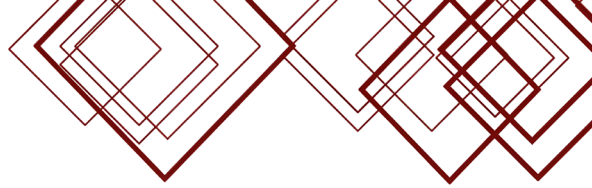
posteriores a II Guerra Mundial (BETHELL, 2009, p.82).

A visão positiva do Brasil com a América Hispânica também não foi um ponto pacífico nas diversas produções do pensamento brasileiro, assim como nem todo intelectual ou político local indicou nas suas formulações o pertencimento do país como parte integrante de uma região maior que não fosse o próprio continente americano. Durante boa parte da história do Brasil independente, do Império (1822-1889) até a Primeira República (1889-1930), a imaginação mobilizada por intelectuais brasileiros sobre a América Hispânica foi marcada por uma visão negativa, por vezes estereotipada (BETHELL, 2009, p.297).

306

De liberais a conservadores, ideias como a da existência de uma suposta ordem liberal-constitucional estável frente à “anarquia” política dos países da antiga América espanhola foram também parte de um imaginário ligado a determinado projeto de Estado no período Imperial brasileiro (PRADO, 2001, p.138; CAPELATO, 2000, p. 289). As repúblicas latino-americanas foram vistas como sinônimos de barbárie, guerra civil e desordem, ao passo que o governo imperial constituiu uma autoimagem baseada na ideia de ordem, estabilidade e civilização (CAPELATO, 2000). A América Hispânica acabou sempre servindo como “o outro” a ser comparado com a trajetória histórica brasileira.

É um fato também que os intelectuais da América Hispânica não apontaram, por um bom tempo, o Brasil como parte integrante da região. O país foi visto como algo a parte da América de origem colonial espanhola, em vários momentos foi enxergado com certa desconfiança pelos hispano-americanos (BETHELL, 2009, p. 293). Conforme afirmado acima, a ideia de uma “América Latina” é uma conceituação mais evidente a partir da década de 1930, sobretudo no pós-Guerra, momento em que a região ganha um significado que englobaria todos



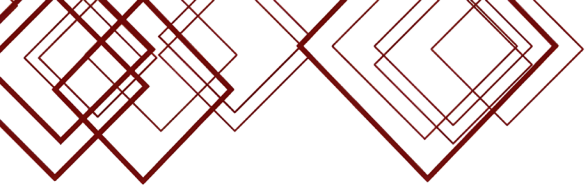
os países oriundos da colonização ibérica, sendo um local marcado por aspectos em comum, tal como a miséria e o subdesenvolvimento (BETHELL, 2009, p. 309; BRUIT, 2003, p.82).

Não por acaso a historiadora brasileira Maria Lígia Prado parafraseando o escritor mexicano Edmundo O’Gorman sintetiza bem a ideia que o Brasil possui de si e dos seus vizinhos latino-americanos. Nas palavras da autora, “podemos afirmar igualmente que – como dois pólos que se atraem e se repelem – o Brasil é e, ao mesmo tempo, não é América Latina” (PRADO, 2001, p. 127).⁴ Nessa perspectiva, o país ocuparia uma espécie de entrelugar, uma interseção em relação aos seus semelhantes da América Latina. Geograficamente o Brasil encontra-se no mesmo subcontinente, partilha de semelhanças sociais e histórias. Porém, do ponto de vista histórico, apesar da igual origem colonial ibérica, se diferencia na medida em que foi Portugal e não a Espanha o colonizador dos territórios.

307

No período independente, em boa parte do XIX, tivemos o passado imperial que manteve a unidade territorial, diferente da quebra dos Vice-reinos espanhóis que deram origem as diversas repúblicas. Por outro lado, para além da questão factual do passado colonial, é possível também falar da existência de outros aspectos que contribuíram para a ideia de integração. Neste caso, é preciso observar o imaginário político das esquerdas do pós II Guerra Mundial, que mobilizou uma perspectiva de América Latina como uma localidade marcada pela opressão imperialista e pelo subdesenvolvimento (BRUIT, 2003, p.82-

4 No trecho original do artigo de Maria Lígia Prado: “Edmundo O’Gorman, em seu clássico *A Invenção da América*, afirma que, sem contradição lógica, a América é, e ao mesmo tempo, não é a Europa, “condição dramática de sua existência e chave de seu destino” (O’Gorman 1958: 94). Podemos afirmar igualmente que – como dois pólos que se atraem e se repelem – o Brasil é e, ao mesmo tempo, não é América Latina. Cf: PRADO, op. cit, p.128.



83; BETHELL, 2009, p. 310).

Os autores aqui estudados, Golbery do Couto e Silva (1911-1987) e Carlos de Meira Mattos (1913-2007), não ficaram muito longe das perspectivas mencionadas acima. Mobilizaram uma visão integradora, mas ao mesmo tempo ainda marcada por certa desconfiança em relação à região, algo que será explorado ao longo do artigo. Do ponto de vista das linhagens intelectuais, no que se refere ao pensamento político brasileiros, ambos estão inseridos numa tradição conservadora. Os dois militares foram leitores de Alberto Torres (1865-1917) e Oliveira Vianna (1883-1951), mas também de Gilberto Freyre (1900-1987) e Juarez Távora (1898-1975). Sem contar a marca fundamental da obra de Euclides da Cunha (1866-1909) nessa geração de oficiais.

308

Apesar das especificidades de leituras e apropriações, Golbery, por exemplo, foi um forte leitor de Toynbee e Oswald Spengler. Os dois militares podem ser inseridos naquilo que Christian Lynch denominou de “conservadorismo estatista”. Uma linhagem intelectual brasileira que “identifica fragilidades na formação social brasileira e aposta no Estado centralizado como motor da segurança e do desenvolvimento nacionais (LYNCH, 2021, p.17). No que se refere ao pensamento geopolítico, base da imaginação política dos militares-intelectuais aqui estudados, pode ser considerada um conjunto de teorias ou uma área de estudos que começa a se desenvolver na virada da segunda metade do século XIX para o início do XX, fundamentada numa relação entre conceitos da Geografia, da História, da Teoria Política e das Relações Internacionais, sobretudo com enfoque nas teorias realistas (MIYAMOTO, 1995, p.13).

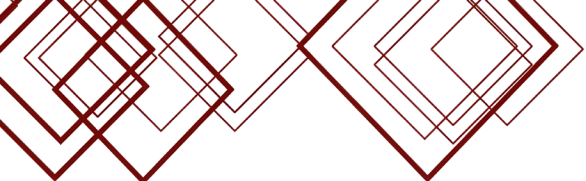
Dessa maneira, a Geopolítica aplica as reflexões de áreas das ciências humanas a uma lógica de expansão estatal ou de auxílio à “for-



mulação da política estratégica nacional (...) visando fornecer elementos que possibilitem, dentro de uma estratégia global de planejamento, dotar o país de certo poder” (MIYAMOTO, 1995, p.12). Contribuindo desta forma para que determinado país venha a “desempenhar papel de realce no concerto internacional” (MIYAMOTO, 1995, p.12). Nessa perspectiva é possível estabelecer uma distinção entre a Geopolítica e a Geografia Política. A segunda está relacionada aos estudos da geografia sobre os problemas de fronteira, distribuição e relação entre os Estados ao redor do mundo. No caso da primeira, como já apontado acima, seria “um saber engajado, comprometido com um pensamento e objetivos políticos, embora analisando o Estado como produtor de um espaço, ela não tem um rigoroso critério científico” (ANDRADE, 1989, p.8). A Geopolítica pode ser pensada também como parte de uma teoria do Estado, uma vez que o ente estatal é visto como a expressão máxima da nacionalidade, que é pensada de maneira homogênea. O Estado se torna responsável pela existência da própria nação (BORGES, 2007, p.26).

309

Os estudos geopolíticos tendem a guardar uma visão realista das relações internacionais, onde a razão de Estado ganha importância central, embora muitas vezes escondida através de determinados pretextos. Em suma, a Geopolítica relaciona política e geografia, “subordina a política internacional dos Estados-Nação ao fator geográfico” (MIYAMOTO, 1995, p.14). Em termos de autores, o pensamento geopolítico tem relação com geógrafos, militares e professores europeus e Norte-americanos, tais como o inglês Halford Mackinder (1861-1947), o estadunidense Alfred T. Mahan (1840-1914), os germânicos Friedrich Ratzel (1844-1904) e Karl Haushofer (1869-1946), assim como o sueco Rudolf Kjellén (1864-1922), a quem se atribui o primeiro uso do termo geopolítica em 1899 em publicação da revista *Ymer* (MIYAMOTO,



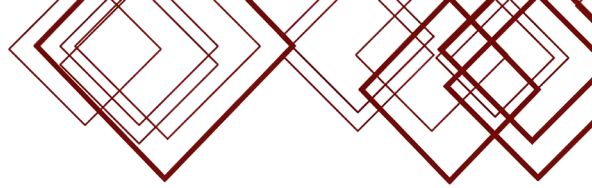
1995, p.21).

310

No caso do Brasil, a Geopolítica começa a ganhar força e sistematização a partir de fins dos anos de 1920. Um dos primeiros nomes de expressão a mobilizar os autores europeus e propor uma reflexão geopolítica foi o engenheiro fluminense Everardo Backheuser (1879-1951). No campo militar a notoriedade dos estudos geopolíticos ocorreu na década de 1930 com a publicação de *Projeção continental do Brasil* (1938) do então capitão do Exército brasileiro Mário Travassos (1891-1973). Foi a partir do livro de Travassos que a Geopolítica adentrou de fato no seio militar, expondo as primeiras teses que marcaram a trajetória dessa área do conhecimento. Questões que em grande medida já estavam presentes no pensamento político brasileiro ganharam nova roupagem com os estudos geopolíticos, temas como: a possibilidade de projeção externa do Brasil; a necessidade de ocupação e povoamento do “sertão”, entendido como a região Centro-oeste e Norte; a interligação do país por ferrovias; o processo de industrialização pesada e a necessidade de ocupação humana nas fronteiras brasileiras, esse último aspecto já presente na obra de Everardo Backheuser.

A produção de Mário Travassos marcou o início de fato da relação do pensamento geopolítico com o militar. Não obstante, foi nas décadas de 1950 e 1960 que esse tipo de área do conhecimento teve seu auge através da produção da Escola Superior de Guerra (ESG).⁵ Principalmente a partir dos trabalhos de um de seus grandes sistematizadores, o general Golbery do Couto e Silva (1911-1987) e do também oficial

5 A Escola Superior de Guerra (ESG) é uma instituição de ensino militar criada em 1948 tendo como inspiração os *war colleges* estadunidenses e serve até os dias atuais como um estabelecimento de ensino de altos estudos voltados para os estudos da geopolítica, desenvolvimento e segurança. Entre as décadas de 1950 e 1980 as ideias formuladas na instituição estavam baseadas no binômio desenvolvimento e segurança. Cf. (CPDOC, 2023); (ARRUDA, 1983).



do exército e professor da ESG, Carlos de Meira Mattos (1913-2007). Ambos os autores procuraram se apropriar das produções geopolíticas estrangeiras e desenvolver uma versão própria nacionalizada através da junção da Geopolítica com os parâmetros da DSN.⁶

Para o general Golbery do Couto e Silva, baseando-se em Everardo Backheuser, a geopolítica nada mais seria que uma ciência de “fundamentação geográfica de linhas de ação políticas” (SILVA, 1981, p.64), assentada na “proposição de diretrizes políticas formuladas à luz dos fatores geográficos, em particular de uma análise calcada, sobretudo, nos conceitos básicos de espaço e posição” (SILVA, 1981, p.64). Na leitura de Carlos de Meira Mattos, a Geopolítica é a “política aplicada aos espaços geográficos” (MATTOS, 1980, p.160), ou mesmo, citando Ratzel, “espaço é poder” (MATTOS, 1975, p.5). Como é possível observar, a Geopolítica seria uma “ciência aplicada”, tendo como embasamento os aspectos territoriais de determinada região ou país, visando contribuir para sua administração política e controle do próprio território e orientando-se também para uma análise do potencial externo do país.

A posição dos autores é importante pois leva a dois pontos fundamentais. Em primeiro lugar, é possível observar que os militares-intelectuais fizeram uma junção das ideias de diversos autores europeus formadores do pensamento geopolítico e uniram aos brasileiros, criando desta maneira uma linhagem própria da Geopolítica. Seja através da leitura dos livros de Everardo Backheuser e Mário Travassos, seja a partir da apropriação da linhagem conservadora brasileira através de

⁶ Importante chamar atenção da importância do trabalho da geógrafa Therezinha de Castro (1930-2000), que desenvolveu importantes trabalhos na área da Geopolítica brasileira. Apesar da proximidade com o meio militar, ministrando cursos na ESG e nas Escolas de Estado Maior não foi uma integrante das Forças Armadas. Neste artigo o enfoque ocorre apenas nos militares-intelectuais.



autores como Alberto Torres e Oliveira Vianna, apontado inclusive como um grande mestre por Golbery (SILVA, 1981, p.27).

O segundo aspecto, que se interliga ao primeiro, está na possibilidade de compreender o pensamento geopolítico brasileiro como uma teoria da modernização conservadora e autoritária, formulada por militares-intelectuais, servindo assim de norte-teórico aos autores ligados à ESG e posteriormente à Ditadura civil-militar de 1964. As reflexões da geopolítica brasileira, diferente da matriz europeia, possuíram uma relação muito mais intensa com o pensamento militar. As premissas fundamentais da Geopolítica serviram de insumo fundamental para o imaginário de determinadas frações do Exército brasileiro do pós-Guerra, unindo de um lado temas históricos da instituição, tal como a questão das fronteiras, por outro lado contribuindo para formar a base de uma perspectiva de modernização conservadora militar ancorada na ideia de segurança nacional.⁷

312

Em relação ao imaginário “Brasil potência”, é importante chamar atenção que este trabalho parte do entendimento que a ideia de um “Brasil grande” com proeminência nas relações internacionais não é uma novidade do pensamento geopolítico do pós Guerra. Essa imaginação política é parte constitutiva da Geopolítica brasileira desde a década de 1930, já presente nos livros de Mario Travassos. Porém, sua maior sistematização ocorreu entre as décadas de 1950 e 1970 com Golbery e Meira Mattos, inovando ao unir esse imaginário aos parâmetros da DSN.

⁷ O conceito de modernização conservadora visa tratar de processos em que a modernização, embora altere a organização da economia, é realizada por setores das classes dominantes que conseguem manter parte importante de seu domínio. Em suma, a modernização ocorre a partir de um processo controlado, seja pelo Estado, seja por setores das camadas dirigentes, mantendo uma sociedade com relações econômicas modernas, mas conserva as relações sociais tradicionais no âmbito da política e da estratificação social. Cf MOORE JR, 1983.



As ideias de modernização, reorganização do Estado e a relação com a América Latina, como veremos a frente, estavam voltadas diretamente para o tempo futuro, a partir da concepção da possibilidade da construção de uma grande potência internacional. O Brasil poderia vir a ser um grande Estado com influências regionais e até mesmo em algumas regiões do Globo, tal como a África Atlântica. E a relação com a América Latina? Em que momento ela adentra no pensamento geopolítico dos militares-intelectuais aqui estudados? Quais as diferenças em relação às visões positivas e negativas que dominaram o pensamento político brasileiro? Sobre esses aspectos que a parte a seguir visa tratar.

A Geopolítica militar brasileira e a América Latina

Em *Geopolítica do Brasil* (1966), Golbery do Couto e Silva parte do entendimento que uma possível existência de atritos políticos entre o Brasil e os países da América Hispânica teriam ficado no passado. Os dois lados deveriam buscar a cooperação mútua para a superação dos problemas sócio-políticos e econômicos locais, objetivando dessa maneira um futuro melhor para a região a partir da integração econômica entre os países.⁸ Nas palavras do autor:

313

superados em grande parte muitos dos focos de atrito tradicionais que convulsionaram, em épocas passadas e não muito distantes aliás, o panorama sul-americano e, por vezes, ainda afloram bruscamente à tona em desconfianças mútuas (...) fortalecido o sentimento de uma natural comunidade latino-americana que terá tudo a ganhar de uma união sincera e ativa de energias na luta contra o subdesenvolvimento e fraqueza econômica (SILVA, 1981, p.87).

8 Apesar da edição do livro ser de meados da década de 1960, os artigos que compõem a produção possuem datação variada, do início da década de 1950 até a primeira metade dos anos de 1960. Esse aspecto também se encontra presente nos livros de Carlos de Meira Mattos, apesar de boa parte ter sido publicada entre 1970 e 1980, os textos que formam os capítulos foram escritos entre fins da década de 1960 e início de 1970.



Como é possível notar, o militar procura estabelecer um ponto de convergência que possibilite a união dos países da região. A ideia do subdesenvolvimento é mobilizada como uma característica negativa em comum que deveria e poderia ser superada, sobretudo através do esforço conjunto. É nesse quesito que o papel do Brasil ganha importância, tanto pelo tamanho de seu território, quanto por conta do seu aspecto econômico. O país deveria possuir certo compromisso com os países da região, uma vez que “do ponto de vista positivo de uma participação eficaz no desenvolvimento conjunto desta vasta América do Sul, a responsabilidade brasileira não poderia, por outro lado ser maior” (GOLBERY, 1981, p.135).

314

Em dois textos homônimos presentes no livro *Geopolítica do Brasil* (1966), denominados de *Aspectos geopolíticos do Brasil* (1959) e (1960), Golbery aponta novamente a questão da América Latina. O militar defende que para a consolidação do “grande colosso do sul”, o Brasil além de ocupar e integrar seu território interior, marcado pela fraca população e subdesenvolvimento econômico, deveria estar atento a sua relação com a América Latina, especialmente a América do Sul, vista como área de influência importante do país. O Brasil possuiria responsabilidade sobre a região, seja através de uma missão político-econômica em conjunto, seja também através de sua própria liderança em vista do processo de superação do subdesenvolvimento na América Latina, objetivando desta maneira a “participação eficaz no desenvolvimento conjunto” da região, em especial da América do Sul (SILVA, 1981, p.135).

Golbery aponta como justificativas da primazia e da missão brasileira, o fato de o país ocupar a maior parte do território Sul-americano, possuir uma grande população (que mais tarde veio a ser a maior da América Latina), bem como por ter um enorme potencial natural. Nes-



se sentido, as contribuições do Brasil para o desenvolvimento coletivo seriam inúmeras, devendo o país manter como uma de suas prioridades externas a cooperação e ação com os países vizinhos (SILVA, 1981, p. 136-137). Ainda segundo o militar, a geopolítica brasileira deveria ter essa prioridade com a América Latina, pois a região sozinha não estaria “imune a ataques solertes da propaganda e da ação comunista, quanto mais perdurasse a estagnação econômica, a corrupção, a miséria, a ignorância e a fome” (SILVA, 1981, p.137). A melhoria da condição de vida dos brasileiros e dos povos da América Latina foi vista como uma forma de garantir a segurança nacional e hemisférica.

No que se refere a Meira Mattos, o militar paulista segue uma lógica próxima a de Golbery, procura estabelecer uma relação entre desenvolvimento, relações internacionais e segurança nacional. No caso da relação Brasil-América Latina, a ênfase do autor recai sobre a América do Sul, neste caso, a região se encaixaria justamente relacionada à ideia da segurança nacional brasileira. Para o autor, em vista das extensas fronteiras, terrestres e marítimas, o Brasil deveria buscar constituir uma “comunidade defensiva”, uma vez que “a melhor maneira de defender os interesses nacionais será integrá-los numa comunidade de interesses, reunindo tantos países quantos sejam aqueles vinculados à área de projeção marítima da nossa costa” (MATTOS, 1977, p.121).

É interessante observar que a defesa de Golbery e Meira Mattos sobre o aumento e aprofundamento da relação entre Brasil e América Latina a partir do prisma da primazia brasileira não está relacionada a uma ação aberta de controle ou tomada de territórios dos países vizinhos. Para os autores, o Brasil não deveria possuir interesse em alterar o que denominam de *status quo* fronteiriço latino-americano. De forma contrária, o objetivo brasileiro apontava para a manutenção desse *status*, uma vez que o Brasil desde o século XIX seria “uma nação



territorialmente realizada, satisfeita com o patrimônio que detemos à custa de antigos conflitos a que não nos pudemos furtar, e de uma atuação diplomática perseverante e clarividente” (SILVA, 1981, p.134).

Quando os autores se referem ao *status quo* latino-americano, não há uma noção clara à assuntos internos e sim às divisões de fronteira entre os países. Para os militares, em meio ao período que escreveram entre meados dos anos 1950 e 1970, não existiriam linhas de fronteira a serem alteradas na América Latina, principalmente na América do Sul, local visto como espaço primordial da influência externa brasileira. O Brasil, não só deveria ser favorável à manutenção das fronteiras pré-definidas, mas como uma potência em construção deveria ser também seu maior fiador.

316

Em caso de antagonismos, tensões e possíveis conflitos que pudessem vir a ocorrer entre os Estados latino-americanos, o Brasil nunca deveria deixar de tomar parte no sentido de fazer cessar os embates. O país deveria agir no sentido de “preveni-los, limitá-los ou abrandá-los, senão fazê-los cessar, dentro do objetivo fundamental de assegurar a paz, [e] reforçar a unidade continental” (SILVA, 1981, p.134). Nessa lógica, o Estado brasileiro possuiria também a função de árbitro ou mesmo poder moderador na América Latina, sempre apontando para a manutenção da suposta da paz e da segurança hemisférica.

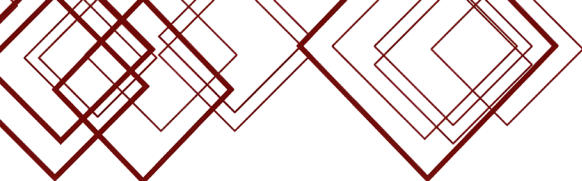
Nas citações dos militares aqui estudados há um uso constante de aspectos econômicos, sobretudo geográficos para justificar uma possível precedência brasileira frente aos países vizinhos da América Latina. A geografia e os dados econômicos aparecem como recursos factuais incontestáveis da realidade. Não por acaso o uso central nos argumentos mobilizados pelos militares-intelectuais. Ora, em termos práticos, não é uma inverdade que o Brasil seja o país que possui mais



da metade da área territorial da América do Sul. O importante está na forma como essa informação é mobilizada e utilizada. As conclusões diante desses aspectos poderiam ser variadas, mas no caso dos autores aqui analisados só confirmaria o evidente direito à liderança brasileira na região. Para Golbery, a posição geográfica brasileira como parte integrante da América Latina é também ampliada pelo fato de o país ter a maior costa Atlântica da região. Esse aspecto levava o Brasil a ser um elo, não só entre os países tidos como desenvolvidos e a América Latina, mas também com os povos da África atlântica (SILVA, 1981).

A forma como se constrói os argumentos dos autores aqui estudados é interessante. Não há uma defesa clara de uma ação violenta ou de uma supremacia brasileira ou mesmo a concepção de um “espaço vital” como presente no pensamento geopolítico alemão dos anos 1920 de Karl Haushofer (1869-1946), até mesmo pelo fato desse espaço ser visto dentro do país, no centro-Oeste e na Amazônia. O caráter de vanguarda e primazia brasileira mobilizado na reflexão dos autores vem através de uma concepção de liderança e mesmo de suposta responsabilidade econômica.

O Brasil é uma possível potência geopolítica, o exercício do seu poder ocorre por questões dadas pela própria natureza geográfica e pela ação responsável e altruísta. Pois a “melhor estratégia para as nossas fronteiras terrestres é a do desenvolvimento de áreas de intercâmbio, abrangendo ambos os lados do limite, de forma a se virem constituir em verdadeiros focos de articulação continental” (MATTOS, 1977, p.93). Como é possível observar, o desenvolvimento é de interesse coletivo, não apenas brasileiro. O país como parte do mundo Ocidental - cristão, livre e democrático - possuidor de uma das maiores populações da América Latina deveria contribuir para que seus vizinhos fossem incorporados no ordenamento geopolítico mundial e para segurança

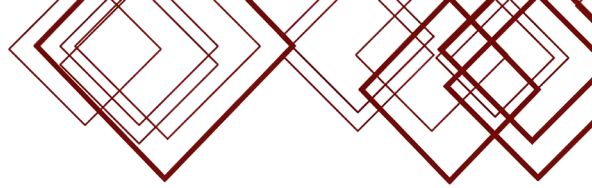


hemisférica (SILVA, 1981 p.220).

Diante dos apontamentos anteriores, sobre a figuração da América Latina no pensamento geopolítico de Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos, cabe agora refletir sobre as questões que envolvem essa imaginação sobre a região latino-americana. Em primeiro lugar, não seria um absurdo compreender o pensamento geopolítico brasileiro, mesmo que de forma não declarada, parte de uma reflexão brasileira sobre as relações internacionais, aquilo que Luiz Feldman (2023, p.55) sinalizou como pensamento internacional brasileiro.

318 Essa categoria é uma possibilidade de compreender o pensamento brasileiro a partir de um outro prisma. Não apenas relacionado ao entendimento que as produções intelectuais locais são sempre voltadas para compreender as dinâmicas internas do país. Nesse sentido, o “pensamento internacional brasileiro poderia ser visto [...] como uma camada posterior ao pensamento político e social e anterior ao pensamento diplomático” (FELDMAN, 2023, p.55). Essa categoria é importante para mapear autores e produções que também objetivaram pensar o lugar e a atuação do Brasil na ordem mundial. Autores como os militares Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos não analisaram apenas a ocupação dos sertões, a imigração para a Amazônia ou a necessidade de industrialização do país.

Os militares intelectuais procuraram também analisar e defender posições do Brasil dentro da ordem mundial no contexto da Guerra Fria. Partir desse entendimento é importante pois ajuda na compreensão das ideias defendidas pelos autores, assim como no entendimento sobre a relação Brasil-América Latina. A Geopolítica de Golbery e Meira Mattos pode ser vista a partir desse prisma. Embora, conforme já apontamos, os dois oficiais procuram observar as relações interna-



cionais a partir do imaginário “Brasil potência”, ancorado numa lógica modernizadora, autoritária e anticomunista baseada na Doutrina de Segurança Nacional, que no caso das relações internacionais se transmuta para uma perspectiva realista.

O segundo ponto explicativo se relaciona à mudança de perspectiva Brasil-América Latina que o pensamento geopolítico militar representa. Conforme apontado no início deste artigo, a relação entre o Brasil e a região variou com o tempo e o entendimento dos diversos autores. Em determinados momentos o país foi visto como algo à parte, ora a região como um local marcado pela barbárie, ora buscou-se maior integração. A mobilização, na obra dos militares, visando a integração brasileira ao subcontinente é possível pois os autores estavam produzindo num momento de aparecimento de uma série de propositos integracionistas, aspecto esse que se relaciona à difusão do termo “América Latina”, que teve inclusive seu sentido disputado no contexto do pós-Guerra.

319

A própria menção à ideia de uma região marcada pelo subdesenvolvimento e suscetível à “infiltração comunista” casa com o argumento da mudança operada na imaginação política do pós 1945. Conceitos como desenvolvimento, subdesenvolvimento e modernização marcaram bem esse período histórico, formaram os pares conceituais centrais na linguagem política dos variados espectros políticos do período (GUIMARÃES, 2001, p.157-158). A concepção do Brasil como parte dessa região marcada pelo subdesenvolvimento e carente de modernização ocupou o imaginário político dos setores da esquerda e da direita política. A grande diferença estava na forma, no diagnóstico das causas e nas propostas de resolução. Em grande medida a concepção de uma possível “infiltração comunista” expressa parte do imaginário de setores conservadores e reacionários no período da Guerra Fria.



Para além da questão da difusão do termo “América Latina” após a II Guerra Mundial (BETHELL, 2009, p.310). Em relação ao Brasil, é importante mencionar que a reflexão dos militares-intelectuais está inserida dentro de um período que o próprio Estado brasileiro através das relações exteriores procurou criar uma política de maior aproximação com países latino-americanos. Os textos de Golbery, presentes nos livros *Planejamento Estratégico* (1955) *Geopolítica do Brasil* (1966), sobretudo o segundo foram escritos dentro desse período de busca por uma maior integração. O maior exemplo está no caso da Política Externa Independente (PEI) organizada no governo Jânio Quadros, trazendo a ideia de uma maior autonomia e protagonismo brasileiro nas relações internacionais.⁹

320

O caso de Meira Mattos é mais emblemático, a maior parte de sua produção foi publicada na década de 1970 já no período de vigência da Ditadura Civil-Militar, no período entre o governo Médici (1969-1974) e o governo Geisel (1974-1979), momento esse onde a ideia de um “Brasil potência” tornou-se política de Estado. Nessa altura, no que se refere a política externa, a diplomacia brasileira atuou na aproximação com os governos da América do Sul. Desde a busca para o desenvolvimento da infraestrutura local, como fica expresso no acordo com o Paraguai para a construção da usina hidrelétrica de Itaipu, até uma política conjunta de repressão a dissidentes políticos, mobilizada

⁹ Em síntese, segundo Amado e Bueno (2011), a Política Externa Independente (PEI) foi “a política externa brasileira correspondente às presidências de Jânio Quadros e João Goulart, (...) é enfocada, normalmente, como uma unidade, apesar de o Ministério das Relações Exteriores, no período de pouco mais de três anos, ter tido cinco titulares”. Ainda segundo os autores, esse conjunto de políticas externas, tinham como características a prioridade ao “contexto hemisférico, partia de uma visão universal, embora sem descurar do regional; possuía um caráter pragmatista, pois buscava os interesses do país sem preconceitos ideológicos; e, para melhor consecução desses objetivos, adotava postura independente em face de outras nações que tinham relacionamento preferencial com o Brasil.” Cf. (AMADO; BUENO, 2011, p.331-333).



a partir do Plano Condor (DORATIOTO, VIDIGAL, 2021, p.82-97).

A própria ideia de uma maior integração ou de pelo menos uma relação entre os países da América Latina estava na ordem do dia desde meados da década de 1940. Como apontado, o Brasil redireciona sua política externa a partir da PEI no início dos anos 1960. Não obstante, é fundamental lembrar que o período foi marcado por iniciativas de integração das mais diversas. Desde a tentativa de criação de uma área de livre comércio na América do Sul no início dos anos 1960, a chamada Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) de inspiração nacional-desenvolvimentista com base nas ideias da CEPAL. Passando pelo velho Pan-americanismo expresso na OEA sob hegemonia Norte-americana. E chegando até em propostas de cunho revolucionário e anti-imperialista, tal como a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), criada em Cuba no ano de 1967 sob inspiração da Conferência Tricontinental que ocorreu nesse mesmo país, na cidade de Havana e uniu delegados de organizações revolucionárias das Américas, África e Ásia.

321

Esses exemplos são interessantes, pois não só mostram determinadas permanências no pensamento brasileiro, mas também como a reflexão dos autores aqui estudados possuiu relação direta com a imaginação política predominante naquele período posterior a II Guerra Mundial. Nesse sentido a preocupação de Golbery e Meira Mattos com a América Latina não ocorre num vazio político. Pelo contrário, a figuração da região no pensamento geopolítico brasileiro está dentro da disputa política do período. A grande questão estava em qual forma ocorreria a relação Brasil-América Hispânica e qual o objetivo central, quem deveria ser o ator primordial e como a questão se integrava à lógica maior da Guerra Fria.



Um outro ponto importante está na menção que ora se faz a América Latina, ora restritamente a América do Sul, nota-se que pode parecer algo banal, mas reflete certo aspecto das ideias dos militares-intelectuais. Neste caso a menção não ocorre por acaso, a América do Sul é vista como local prioritário, uma “área geopolítica” do Brasil (SILVA, 1981, p.87). Essa sub-região representaria uma parte de um centro de poder que deveria partir do Brasil, por isso a preocupação com o chamado Cone Sul. Apesar de Carlos de Meira Mattos advogar a concepção de uma potência mundial, a região sul ganha centralidade maior, aparece como local prioritário da influência brasileira, seria a parte mais importante para o Brasil.¹⁰

322

Dito isto, qual seria a grande diferença entre os geopolíticos militares em relação às outras propostas do período e das variadas linhagens do pensamento político nacional? Que inflexão a geopolítica brasileira do pós-guerra apresenta em relação à América Latina se comparada ao entendimento por trás da PEI e de outras propostas? A ideia de relacionar a região à questão do subdesenvolvimento e da necessidade de superação desse estado é uma temática também presente em outras li-

10 É bem verdade que o argumento da liderança brasileira na América ibérica por conta de seu tamanho geográfico não é uma invenção do pensamento geopolítico militar posterior a II Guerra Mundial. É possível citar como exemplo a diplomacia do governo Arthur Bernardes (1922-1926) em relação a Liga das Nações. O governo brasileiro, se baseando numa certa ilusão política, pleiteou um cargo no Conselho Deliberativo do órgão, tendo utilizado como argumento uma suposta liderança natural do Brasil em relação aos povos da chamada América Ibérica. Não obstante, tal tentativa foi baseada numa leitura equivocada e idealista da situação brasileira e acabou resultando apenas em isolamento internacional (DORATTOTO; VIDIGAL, 2021, p.51). Apesar do fato acima, como apontado anteriormente, foi no período pós II Guerra Mundial que o Brasil procurou de forma mais intensa e visível construir alianças dentro de um espírito de integração, se apresentando como liderança natural da América Latina, sobretudo na década de 1950 e 1960. Nada mais “justo”, uma vez que o Brasil vinha crescendo economicamente, se industrializando e teria ganhado projeção por conta da sua participação ativa na II Guerra Mundial (MOURA, 2006, p.125).



nhagens intelectuais, estava presente no debate da ALALC e de alguma forma no OLAS também. Qual seria o ponto de inflexão então?

No caso do pensamento geopolítico militar de Golbery e de Meira Mattos o ponto de mudança ocorre justamente no momento em que se mobiliza a ideia de América Latina a partir da reunião de três fatores complementares: a Geopolítica, aspectos das Doutrina de Segurança Nacional e o imaginário “Brasil potência”. Todo o entendimento dos autores é norteado pelo binômio segurança-desenvolvimento oriundo da ESG e da DSN. Esse par é aplicado a partir de um prisma realista das relações internacionais, calcado na ideia de modernização capitalista do Brasil e no entendimento que o país pode vir a ser uma grande potência. A lógica de segurança nacional dos autores parte de um entendimento caro para a DSN onde não há “distinção entre a política externa e política interna. O inimigo, o mesmo inimigo, está ao mesmo tempo dentro e fora do país, o problema, portanto, é o mesmo” (COMBLIN, 1980, p.56).

323

Nota-se aí a conexão central entre expansionismo brasileiro, modernização e segurança nacional, ambos não caminham sozinhos, são a base do imaginário Brasil potência mobilizado na geopolítica de Golbery e Meira Mattos. Essa relação constitui elementos importantes para os autores pensarem a relação Brasil-América Latina. A ideia de segurança nacional está interligada a uma concepção de segurança hemisférica, a própria defesa de uma modernização calcada na industrialização não está dissociada da concepção de segurança. Golbery denomina essa lógica de “planejamento estratégico”, defendendo uma integração que visa não só a superação do subdesenvolvimento, mas a interligação desse aspecto com a ideia de combate a propagação da chamada infiltração comunista. Nessa perspectiva, América Latina e o Brasil estão juntos dentro de uma lógica maior de defesa do mundo



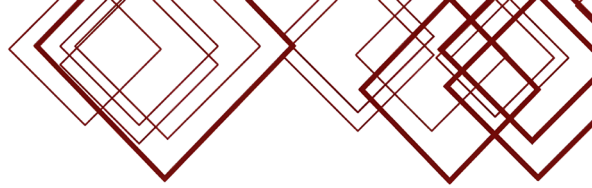
“ocidental cristão”.

A ação brasileira na América Latina está relacionada a uma estratégia que remete não apenas a segurança nacional, a lógica local está ligada a algo maior, a segurança hemisférica e, portanto, a defesa do Ocidente (ASSUNÇÃO, 2019, p.23). Na perspectiva dos autores, o Brasil poderia compor uma barreira importante contra a propagação do comunismo no então Terceiro Mundo, contribuindo dessa forma para uma questão mais ampla, a defesa da civilização Ocidental. Daí a função do Brasil como líder e defensor dos países e povos da América do Sul. (SILVA, 1981, p.239). A América Latina é inserida na proposta do binômio segurança-desenvolvimento brasileiro que no final das contas objetiva dois aspectos centrais que se complementam. A construção do Brasil como grande potência internacional e a defesa do Ocidente capitalista.

324

É importante lembrar que o pensamento dos autores é marcado por que questões importantes do momento político internacional. O primeiro deles está relacionado à Guerra Fria (1947-1991). Esse aspecto é basilar, constitui parte do imaginário da Geopolítica militar brasileira do pós Guerra. A disputa Ocidente-Oriente e o combate ao comunismo foram centrais para compreender o argumento das frações conservadoras das Forças Armadas brasileiras em relação a América Latina.

A premissa da necessidade de combate ao comunismo internacional ganhou um novo patamar com a explosão da Revolução Cubana (1959) e seu desenvolvimento ao longo da década de 1960. Esse evento figura como um marco central na imaginação política das esquerdas e das direitas latino-americanas do período. Além da Revolução cubana, a ascensão de movimentos populares, sindicais e camponeses por toda



a América ligavam um sinal importante para os setores conservadores. Esses fatos foram utilizados como justificativa para a necessidade de implementação do binômio desenvolvimento-segurança.

Nesse sentido, para os militares intelectuais, a Guerra Fria materializava duas frentes. Uma de grande proporção, ligada ao perigo nuclear e outra na “retaguarda”, nos países periféricos. Esse aspecto é central pois organiza a concepção do binômio segurança-desenvolvimento e o papel do Brasil na região. O conflito nuclear deveria ser um tema das grandes potências já desenvolvidas, tal como os EUA. O papel do Brasil, enquanto líder na América Latina, deveria ser o combate à infiltração comunista nas áreas mais periféricas do mundo Ocidental, vistas como mais propensas à ação do comunismo internacional por conta a permanente miséria e instabilidade política. Nessa lógica o Brasil deveria assegurar a retaguarda do Ocidente contra as guerras não convencionais e a infiltração comunista.

325

As grandes potências deveriam compreender o papel importante que o Brasil poderia desempenhar no então Terceiro Mundo, sobretudo na América Latina. Por isso, inclusive, deveriam contribuir para o financiamento de parte de seu desenvolvimento (ASSUNÇÃO, 2004, p.680). No final das contas todos ganhariam, o desenvolvimento econômico servia para combater a miséria, vista como chamariz para as ideias revolucionárias. A segurança garantia que esse processo de modernização seria controlado e resistente à possíveis tentativas de sublevação sindical e mesmo revolucionária.

O Brasil seria beneficiado, pois ao conseguir alçar o estágio de potência poderia atuar de forma mais dinâmica na sua área de influência. Nessa lógica, os próprios países da América Latina seriam favorecidos, poderiam ver um processo de desenvolvimento econômico e se

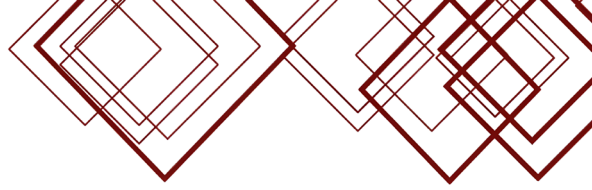


manteriam fora da esfera soviética. Nota-se que essa estratégia é claramente interligada a uma lógica conservadora de política, pensa uma modernização capitalista controlada em vista da manutenção do *status quo* local e internacional. Não por acaso a defesa, quase que idealista, de que os EUA ganhariam investindo e proporcionando parte do desenvolvimento brasileiro, aspecto esse que aparece mais forte na obra de Golbery. No final de tudo, a cultura e a primazia da “civilização Ocidental” são asseguradas, uma vez que a lógica do chamado “Oriente comunista” não prevaleceria na região (ASSUNÇÃO, 2004, p.680)

326

É a concepção de segurança nacional e hemisférica que confere direção política a construção do Brasil grande e sua relação com a América Latina. O Brasil só tem a possibilidade de liderar a América Latina porque teria todos os pressupostos para ser uma potência regional. Sem a DSN, a Geopolítica brasileira de ambos os militares possuiria uma semelhança muito grande com outras perspectivas que vinham sendo construídas no imaginário político interno e externo brasileiro desde o fim da II Guerra Mundial.

Não por acaso mencionamos aqui a ideia de uma relação paradoxal. Os argumentos se baseiam numa lógica supostamente benevolente. A princípio, pelo menos no âmbito do discurso, não há uma ideia de superioridade ou caráter civilizatório do Brasil frente a barbárie hispano-americana tal como no XIX ou a total falta de projeto de integração como em boa parte da Primeira República. Não obstante, conjuntamente à ideia da integração econômica e da superação do subdesenvolvimento ocorre a lógica da segurança hemisférica com as ideias anticomunistas, conservadoras e antipopulares, aliadas ao projeto de construção do Brasil grande.



Para uma síntese conclusiva

Em síntese este artigo procurou demonstrar como América Latina figurou no pensamento geopolítico dos militares-intelectuais Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos. O artigo apontou a inflexão que esse tipo de pensamento representou no que tange a relação Brasil-América Latina. Nesse sentido, a principal mudança estava na relação entre uma lógica modernizante aliada aos pressupostos da segurança interna e hemisférica da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). A relação entre Brasil e América Latina proposta pela Geopolítica militar brasileira de Golbery e Meira Mattos é amplamente devedora de uma lógica operada pelo imaginário da Guerra Fria.

Apesar da existência da ideia de construção de uma grande potência brasileira, tanto para Meira Mattos, quanto principalmente para Golbery, não há problema em ver esse processo subordinado a uma política maior de combate ao bloco socialista, que no final das contas inseria o Brasil de forma subordinada à política externa Norte-americana. Esse aspecto é importante pois difere de outras propostas do período, como a da própria Política Externa Independente (PEI), que pensava a ação do Brasil de forma mais independente nas relações internacionais. É um fato também que a realidade prática possui mais nuances que os aspectos teóricos, o país apesar do alinhamento ao bloco Ocidental, nem sempre se subordinou completamente à política externa dos EUA. Na própria Ditadura Militar, quando se observa o período do governo Geisel (1974-1979) com sua política do “pragmatismo responsável”, existiu uma tentativa de maior autonomia na política externa brasileira.

327

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correa de. *Geopolítica do Brasil*. São Paulo: Ática,



1989.

AMADO, Luiz Cervo; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 4º Ed. Brasília: Editora UNB, 2011.

ARRUDA, Antônio de. *A Escola Superior de Guerra: história de sua doutrina*. 2º Ed. São Paulo: GRD; INL, 1983.

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli. “Ocidente e história em Golbery do Couto e Silva”. In: *Verinotio: Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*. Ano XIV. nov.2019. v. 25.

_____. A opção do Brasil pelo Ocidente e a opção do Ocidente pelo Brasil: o general Golbery encontra o barão de Münchhausen. In: *Proj. História*, São Paulo, (29) tomo 2, p. 673-685, dez. 2004

BACZKO, Bronislaw. “Imaginação social”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985.

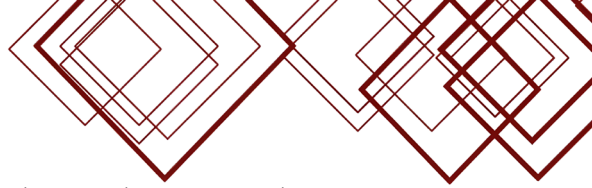
328 BARCELLOS, João Miguel Villas-Bôas. “O pensamento militar no projeto Brasil grande potência”. In: *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 35, n. 73, p. 171-196, jan./abr. 2020

BORGES, Nilson. A doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano. O tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Livro 4. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

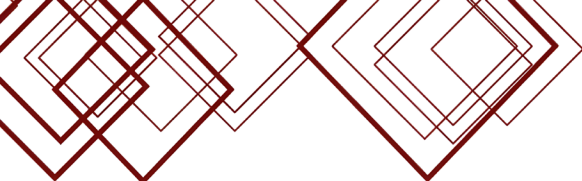
CAPELATO, Maria Helena. “O “gigante brasileiro” na América Latina: ser ou não ser latino-americano”. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

Escola Superior de Guerra (Verbetes). CPDOC- FGV. Disponível em:



- <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/escola-superior-de-guerra-esg>. Acesso em 15 de jun. 2023
- DORATIOTO, Francisco; VIDIGAL, Carlos Eduardo. *História das relações internacionais do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.
- FELDMAN, Luiz. *Mar e Sertão: ensaio sobre o espaço no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2023.
- GUIMARÃES, César. “Vargas e Kubitschek: a longa distância entre a Petrobrás e Brasília”. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (org.) *República do Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.
- LYNCH, Christian Edward C. “Absolutismo ilustrado e formação do imaginário imperial brasileiro no Antigo Regime (1750-1820)”. In: *Cadernos de Estudos Estratégicos*, Rio de Janeiro, n.01, 2021, ISSN:1808-947.
- MATTOS, Carlos de Meira. *Projeção mundial do Brasil*. São Paulo: Editora Leal, 1960.
- _____. *Brasil: geopolítica e destino*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1975.
- _____. *A geopolítica e as projeções do poder*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1977.
- MENDES, Ricardo Antonio Souza. “Direitas, 1964 e a Doutrina de Segurança Nacional”. In: *Maracanan*, n.11, dezembro 2014, p. 115-125
- MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. São Paulo: Papi-rus, 1995.
- MORAES, Dênis de. *Imaginário social e hegemonia cultural*. Disponível em: www.acesa.com/gramsci/. Acesso em jan. 2022.
- MOORE JÚNIOR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses no mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.



MOURA, Gerson. “O Brasil na Segunda Guerra Mundial: 1942-1945.”

In: ALBUQUERQUE, José G.; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sérgio Henrique N de. (Orgs). *Sessenta anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, p.125.

PRADO, Maria Ligia Coelho. “O Brasil e a distante América do Sul”.

In: *Revista de História* 145 (2001), 127-149.

REIS, Daniel Aarão. “À procura de modernidades alternativas: a aventura política dos *intelectocratas* russos em meados do século XIX”.

In: RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai; ROLLAND, Denis (orgs.) *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SILVA, Golbery do Couto e. [1966]. *Conjuntura Política Nacional e o poder executivo & Geopolítica do Brasil*. 2ªEd. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *Relações exteriores do Brasil II (1930-1964): o nacionalismo, da Era Vargas à Política Externa Independente*. Petrópolis: Vozes, 2009.

Recebido em: 25/03/ 2024 • Aprovado em 04/08/2024